

A Luta pela Terra

Entrevista com o Bernardo Mançano Fernandes

O professor Bernardo Mançano Fernandes é um renomado estudioso dos movimentos sociais no campo e da problemática rural brasileira que pertence aos quadros do Departamento de Geografia da UNESP – Presidente Prudente – e que recentemente publicou o excelente livro intitulado: *MST formação e territorialização*, pela editora HUCITEC.

mento de Geografia da UNESP – Presidente Prudente – e que recentemente publicou o excelente livro intitulado: *MST formação e territorialização*, pela editora HUCITEC.

**ENTREVISTA CONDUZIDA POR JOÃO RUA.
RIO DE JANEIRO, JULHO DE 1998.**

Geo UERJ - Você tem origem rural? Fale-nos um pouco de sua trajetória pessoal, lugar de nascimento, origem familiar, infância...

FERNANDES - Sou filho de camponeses. Nasci no dia 12 de dezembro de 1958, em casa, de sete meses, e quem fez o parto foi minha tia que depois me batizou com o nome de meu avô paterno. Meus avós paternos eram imigrantes espanhóis e os maternos eram caboclos. A casa onde nasci ficava na meia-encosta do fundo do vale do ribeirão dos Inácios, localizada em uma área de 25 hectares, que pertencia a minha família. Quem chegava pelo caminho principal não avistava a casa porque na frente existia uma mata frondosa que, no final da tarde, fazia sombra por sobre a casa. Esta era feita de taipa de pilão, mas era resistente e muito bem cuidada. As paredes eram brancas, as janelas verdes e o chão batido. No terreiro tinha um forno abobadado feito de barro, onde a minha mãe fazia vários tipos de pães e bolos. Ao lado deste ficava o poço e a tábua de lavar roupa. Também tinha uma pequena tulha, um chiqueiro e um galinheiro. Segundo meus pais, nos tempos bons chegávamos a ter duas vacas leiteiras, uma novilha e dois cava-

los. Porcos tínhamos sempre cinco, seis ou mais, porque meu pai gostava muito de carne de porco. Da mesma forma com as galinhas. Canjas e ovos mexidos eram pratos frequentes. Havia um pequeno pomar com mexerica, tangerina, tamarindo, goiaba, laranja, jabuticaba, carambola, pinha, urucum entre outros. Mantínhamos uma roça com milho e mandioca. Da casa até o ribeirão era o pasto e na várzea mantínhamos uma horta. O ribeirão era piscoso e eu e meus primos pescávamos lambaris. Da casa em direção ao divisor de águas e na outra vertente estava o cafezal. Entre os pés de café, plantávamos feijão, arroz, abóbora e melancia. Eu acompanhava meus pais na lida com uma pequena enxada. Nas horas de sol a pino, eles me colocavam embaixo de um pé de café e pediam para que eu “guardasse a água e a comida”.

Essa terra era parte de um sítio localizado no Sertão dos Inácios, um distrito do município de Neves Paulista, região de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. Essa terra minha família perdeu. Foi vendida para saldar dívidas com o Banco Moreira Sales (se eu não estiver enganado com relação ao nome do banco), no ano de 1962. Segundo meu pai, a culpa foi do café, que levou

ao endividamento. Antes trabalhasse só para o sustento, costumava afirmar. Essa terra confrontava com outros estabelecimentos de meus parentes. Até 1975, todos perderam as terras. Hoje são bóias-frias ou trabalhadores urbanos. Meu pai e meus tios sempre acreditaram que o fato da perda da terra deveu-se à incapacidade de gerirem seus trabalhos e seus negócios. Eu jamais consegui convencê-los de que, na realidade, foram expropriados por causa do modelo de desenvolvimento econômico.

Meus pais e alguns de meus tios migraram para São Paulo. Outros migraram para cidades pequenas do Oeste Paulista. Viemos para a Zona Leste capital paulista em 1964 e meu pai foi trabalhar em uma tecelagem no bairro do Bráz. Um anos antes de migrarmos, nasceu minha primeira irmã, seis anos depois nasceram minhas duas irmãs mais novas, com 10 meses de diferença uma da outra. Morávamos na Vila Carrão, onde passei a maior parte de minha infância e da minha juventude. Eu e meus amigos costumávamos nadar no rio Aricanduva e brincar na rua. Hoje, o rio se parece mais com um esgoto, as casas possuem grades do chão ao telhado e as ruas não são um lugar adequado para as crianças brincarem. Em 1965, comecei a primeira série na Escola Municipal Sérgio Milliet, onde também estudei a segunda série. A terceira e quarta séries eu fiz na Escola Estadual Caramuru, porque possuía a fama de ser melhor. Terminada a quarta série, parei os meus estudos para trabalhar mais e ajudar a família. Trabalhei nas feiras livres, vendendo e trocando gibi. Eu só não lembro se eu vendia gibi porque gostava de lê-los ou se por gostar de ler eu vendia gibi. Mas o que lembro é que foi lendo revistas em quadrinhos, que aprendi a gostar de ler. Trabalhei em pequenas oficinas de fundo de quintal, que falsificavam marcas famosas de jeans, fiz carroto com carrinhos de rolemã em feiras livres, vendi limão, sorvetes e trabalhei de servente de pedreiro, carregando tijolo, areia, assentando tijolo e pintando paredes. Em 1973, meu pai estava desempregado

havia mais de um ano. Nesse tempo, pensávamos em voltar para o interior, mas fomos desestimulados pelos parentes. Foi o pior período da vida de minha família. Com o aluguel atrasado, devendo no empório do bairro e sem ter o que comer, um dia sai de casa para procurar emprego e convencido de que não voltaria com as mãos vazias, mesmo que tivesse que roubar. Nesse dia arrumei trabalho em um atacado de secos e molhados, no mesmo bairro em que morava, pertencente a uma família de portugueses que, ao saber de nossa situação, adiantou o primeiro salário, o que aliviou a situação. Pouco tempo depois meu pai conseguiu emprego, sempre ganhando o salário-mínimo, e continuamos nossa vida.

Geo UERJ - Você sempre gostou de estudar? O contexto familiar facilitou o desenvolvimento da vocação para o estudo.

FERNANDES - Bem, como descrevi, minha infância e minha adolescência foram difíceis. Meu pai tinha a quarta série e minha mãe é analfabeta. Em 1969, quando terminei a quarta série, eu já trabalhava e não tive oportunidade de continuar meus estudos. Por outro lado, no atacado de secos e molhados tive uma carreira bem-sucedida. Comecei como carregador, entregando mercadorias nos empórios e mercearias e, depois de um ano, tornei-me vendedor. Embora trabalhasse a pé, consegui ser o segundo lugar em vendas. Nesse tempo, eu estava paquerando uma garota que freqüentava um grupo de jovens da paróquia do bairro. Por essa razão, passei a freqüentar o grupo e logo fui eleito coordenador. Vivendo essas situações, defrontei-me com a necessidade de continuar os meus estudos, o que era quase impossível, porque trabalhava em média 16 horas por dia. Em 1978, comecei a estudar sozinho. Eu comprava nas bancas de jornais os fascículos do Curso Supletivo da Abril Cultural, tipo telecurso, só que naquela época ainda não havia o curso pela TV. No primeiro ano de estudo fui aprovado em quase todas as

disciplinas, menos em Língua Portuguesa, de modo que comecei a estudar uma vez por semana com uma professora - a dona Noemi - a quem devo grande parte do incentivo aos meus estudos. A professora Noemi ensinava todas as disciplinas. Em sua escola informal estudavam trabalhadores e trabalhadoras que viviam situações semelhantes à minha. Aliás, depois de estar na graduação, eu e a dona Noemi iniciamos um trabalho de alfabetização de jovens e adultos e escolarização na paróquia do bairro. Mas, enfim, a dona Noemi me ajudou a terminar o primeiro grau. Em 1980/1981 concluí o segundo grau, ainda no curso supletivo. Em 1982, eu fiz um curso preparatório para o vestibular, onde também, depois, fui professor. Prestei vestibular na USP, na PUC e em uma faculdade particular. Não fiz o exame da PUC porque sabia que não teria possibilidade de pagar. Por essa razão, me preparei para entrar em uma universidade pública. A faculdade particular era uma espécie de última esperança. Nesse tempo eu militava na Pastoral da Juventude e trabalhei alguns anos com Dom Luciano de Almeida. Aqui vale destacar que a minha militância na Igreja Católica foi essencial para a minha formação. Dois padres e uma irmã precisam ser lembrados: Pe. Zé Alves e Pe. Naves foram os incentivadores e divido com eles a responsabilidade pela minha formação. Também a irmã Etel me impulsionou e me orientou para que eu fosse para a universidade. Com os padres Naves e Zé continuo até hoje trabalhando na luta pela terra. Essa experiência vivida no interior da Teologia da Libertação marcou profundamente a minha formação e, com certeza somada a minha história, determinou a minha opção em estudar a luta dos sem-terra.

Como não foi possível fazer a escola normal, minha escolarização completada por meio do ensino supletivo (e solitário) foi precária. Nada substitui a escolarização em seu tempo. Todavia, em minha militância, recebi uma considerável formação filosófica e política fundamental para o desenvolvimento de minha formação e para

que eu entrasse na universidade. Entrei na USP em 1983 e continuava trabalhando de vendedor, agora já havia passado por várias empresas e vivia o conflito de não ver sentido em meu trabalho. Eu desejava trabalhar como educador, mas as condições concretas não permitiam. Além disso eu era arrimo de família e precisava ajudar a garantir a existência da família. Mesmo assim, eu sempre arrumava um jeito de trabalhar, esporadicamente e gratuitamente, na escola da dona Noemi, lecionando Geografia e alfabetizando jovens e adultos. Em 1986, com a ajuda de minha irmã mais velha, que assumiu junto com meu pai as despesas da casa, eu pedi demissão da empresa onde trabalhava como gerente de vendas e fui ensinar Geografia na escola pública, ganhando dez vezes menos. Todavia, estava no lugar que eu sempre quis estar. Hoje, vejo que tomei a decisão certa. Tomar aquela decisão naquele momento foi fundamental para que eu me tornasse o profissional que hoje sou.

Geo UERJ - Por que você escolheu Geografia? Que influências você destacaria na sua formação? Quais as leituras que mais o marcaram?

FERNANDES - Na verdade, eu estava inclinado a estudar História ou Filosofia. Isso, por causa de minha militância na Pastoral da Juventude. Por outro lado, meu interesse pela Geografia derivava das experiências com meu trabalho profissional. Nas empresas onde trabalhei, eu era o responsável pela organização das regionais dos setores de vendas. Eu fazia diagnósticos das potencialidades dos mercados regionais, de modo que sempre viajava para construir novas regionais e as definia com êxito. Por essas razões, na inscrição do vestibular, optei por História, Geografia e Filosofia. O mais importante para mim era entrar na universidade. Eu sou o único membro de toda a minha família que chegou à universidade. Nenhuma de minhas irmãs e nenhum de meus primos tiveram essa oportunidade, embora muitos tenham batalhado. Na classifi-

cação final, fiquei com a opção em Geografia. Logo no primeiro ano do curso envolvi-me com a pesquisa, especialmente com a pesquisa de campo, realizando viagens por conta própria. Depois, comecei a me interessar por geomorfologia. Fui bolsista de iniciação científica da professora Lili-an Coltrinari. Estudava perfis de vertentes no Platô de Santa Isabel, no Vale do Paraíba. Todavia, creio que pela minha história e pela minha passagem pela Pastoral da Juventude, eu estava propenso a estudar geografia agrária. De certo modo, eu tinha quase certeza que era esse o meu desejo e interesse, mas eu queria conhecer todas as possibilidades. E fiz isso. Eu fiz a minha graduação em seis anos. Estudei todas as disciplinas optativas departamentais, que são as do próprio curso, e as optativas não departamentais, ou seja, disciplinas de outros cursos, mas que são oferecidas à Geografia como, por exemplo, geocronologia. E quanto mais eu estudava, mais me convencia que deveria partir para a pesquisa em geografia agrária. Foi quando estudei com os professores que mais me influenciaram: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Regina Sader. Com a Regina fiz a disciplina Introdução à Pesquisa em Geografia Humana. No trabalho de campo desta disciplina, viajamos para a região do Bico do Papagaio, onde a Regina fez a sua tese de doutorado. Foi uma experiência riquíssima, estimulante. Desde essa experiência, tornei-me pesquisador. Com o Ariovaldo também ganhei gosto pela ciência, pelo rigor científico, pelo comprometimento político para com as pessoas que são sujeitos e objetos da pesquisa. Outra professora que muito contribuiu para minha formação pedagógica, foi a Nídia Pontuschka. Ela sempre acreditou em mim e acompanhou a minha formação. Eu também a admirava por suas convicções em defesa do ensino público e gratuito. As experiências que vivi com esses professores foram determinantes para a minha formação.

As leituras que mais me marcaram, foram diversas, mas posso listar algumas. O clássico *A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a*

guerra, do Yves Lacoste. Acho que esse foi um livro que marcou a minha geração e também a geração anterior. Afinal, foram meus professores mais jovens que me indicaram essa bibliografia. A obra do Ariovaldo Umbelino de Oliveira, desde sua tese de doutorado até seu livro mais recente: *Agricultura Camponesa no Brasil*, foram importantes para que eu construísse meus referenciais teóricos. Além de um conjunto de dissertações e teses de seus orientandos, como por exemplo: os trabalhos de Antonio Thomaz Júnior e da Virgínia Etges. Estudei muito dois clássicos da Geografia Agrária brasileira: Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade. Em minha formação, também me vali das obras de José de Souza Martins, José Vicente Tavares dos Santos e Henri Lefebvre. E, evidente, as obras do Milton Santos, que são referência obrigatória para todos os geógrafos.

Geo UERJ - Em sua visão, como se situa a Geografia no mundo atual? (quebra de paradigmas, desregulamentações, etc.). E no Brasil? (mercado de trabalho, mudanças curriculares, pesquisa).

FERNANDES - Eu diria que estamos passando por um turbilhão. A voracidade dos fatos e os processos de transformação nos impelem sem nos darem qualquer alternativa, que não seja aquela que, de alguma forma, nos obriga a acompanhar o movimento dos acontecimentos. Nessa realidade, as Ciências precisam, cotidianamente, construir novos conhecimentos, novas teorias, para acompanhar esses processos. Isso é maravilhoso, é um renovar constante. Essa condição faz-nos romper com estruturas cristalizadas, explodir dogmas e colocarmo-nos, posicionarmos diante das mudanças, dos avanços e dos retrocessos. Eu digo que a Geografia está no centro desse movimento. Eu não saberia dizer como se situa a Geografia no mundo, hoje, mas tenho tentado acompanhar a produção geográfica no Brasil e mais recentemente na América Latina. Grosso modo, tenho a impressão que há uma

diferença significativa entre a geografia brasileira e a geografia praticada por nossos companheiros latino-americanos. Parece-me que a geografia crítica contribuiu muito para o desenvolvimento da Ciência Geográfica, especialmente no Brasil. No que diz respeito à geografia agrária, não tenho encontrado trabalhos de outros geógrafos latino-americanos que tenham superado as interpretações de cunho positivista e do positivismo lógico. São trabalhos “estáticos”, estatísticos e ou descritivos. Não estou dizendo que a descrição não seja importante, mas ela não basta, se pretendemos contribuir para com o processo de construção do conhecimento. Parafraseando o Carlos Walter, eu diria viva a Geografia, porque ela continua em crise. Mas já superamos muitos desafios. Vejamos, por exemplo, o grande número de publicações geográficas que foram lançadas nas duas últimas décadas. Eu tenho participado de encontros multidisciplinares, como é o caso dos eventos promovidos pela APIPSA - Associação PIPSA - Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Nossa participação nesses eventos tem aumentado consideravelmente. Na AGB, nós realizamos encontros nacionais grandiosos, sempre com a participação de mais de mil profissionais e estudantes. A diversidade dos trabalhos apresentados por pesquisadores e alunos é espantosa. Estamos trabalhando com temas novos. Mesmo a minha experiência é nova. Trabalhar com a forma de organização social e com a territorialização dos movimentos sociais em Geografia é uma experiência recente. Este tema sempre foi pensado como objeto de estudos dos sociólogos. Nossos colegas das Ciências Humanas, que participam de nossos eventos, ficam impressionados com a participação e a diversidade temática. Por outro lado, nós também temos encontros mais restritos, como são os casos dos encontros de Geografia Agrária, de Geografia Urbana e mesmo da Anpege. Com relação à quebra de paradigmas, isso era inevitável, com as transformações ocorridas no mundo, principalmente

com o fim do muro de Berlim e o ataque do neoliberalismo. Há o lado negativo desse processo, que foi a debandada de pesquisadores, que abandonaram seus princípios, retrocederam no campo político e assumiram posturas extremamente conservadoras, aceitando sem questionar as políticas do projeto neoliberal e, muitas vezes, defendendo o projeto. E há o lado positivo, porque hoje estamos diante dos desafios que precisam ser superados, e não existe mais aquela certeza de que o caminho está construído e que só preciso percorrê-lo. Hoje precisamos construir caminhos, produzir conhecimentos e colocarmos de frente à realidade, interpretá-la para transformá-la. Isso tudo é tão novo quanto velho, daí a importância de projetarmos nossas idéias e de nos mirarmos nos nossos mestres. Nesse sentido, a pesquisa é fundamental. Nos nossos cursos, precisamos incentivar cada vez mais nossos alunos para que pesquisem. Há uma demanda enorme em todas as áreas. No campo da Ciência Geográfica são muitos os objetos, as questões e os temas que precisam ser pesquisados. Não estamos conseguindo acompanhar o movimento dos objetos específicos de nossas áreas de pesquisa. Nesta condição, acabamos por não possuir as informações e os dados necessários para que possamos tentar explicar os fatos. Isso é prejudicial para o país, muitas vezes os EUA possuem informações mais detalhadas sobre as nossas realidades do que nós mesmos. E Eles já começaram a estudar MST. Muitas vezes temos projetos, mas não temos pesquisadores, ou se temos projetos e pesquisadores, não temos recursos. Contudo, todos esses problemas são superáveis, desde que construamos as condições necessárias para a sua realização.

O mercado de trabalho para o profissional da Geografia é emergente e incerto. Um exemplo é o Instituto de Terras do Estado de São Paulo que está contratando geógrafos para trabalharem com os projetos de assentamentos rurais. Esses profissionais fazem pesquisa a respeito da produção agrícola, acerca do manejo ambiental,

sobre a organização socioespacial etc. Para o professor de geografia, especialmente da rede pública, as perspectivas são péssimas. Com o desmantelamento das escolas públicas, muitos bons profissionais abandonaram a docência. Essa política está cada dia mais próxima da universidade pública. O processo de privatização das nossas universidades está sendo gestado. Essa será outra luta de resistência que iremos desenvolver.

As mudanças curriculares, que vimos praticando desde a década de oitenta e que agora são intensificadas pela aplicação da LDB, são fundamentais para que possamos adaptar (no sentido de tornar apto) o processo de ensino/aprendizagem às transformações que estão ocorrendo. A questão é que precisamos acompanhar mais de perto esse processo. Esse momento é importante e vai determinar nosso campo de trabalho nas próximas décadas. Os parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, viabilizam a melhoria da qualidade da educação, o que não viabiliza uma educação de qualidade é a política de educação.

Geo UERJ - Como surgiu seu interesse pela chamada questão agrária no Brasil? Houve alguma experiência pessoal que o conduziu para esse campo? Soubemos que na graduação você começou a estudar os sem-terra em São Paulo, fale um pouco dessa experiência.

FERNANDES - Houve. Aliás, eu vivi várias experiências. Lembro-me de quando meu pai deixou a terra e nos levou para a cidade. Isso marcou as nossas vidas. Na minha militância na Pastoral da Juventude, eu trabalhava essa questão nas comunidades, em apoio aos sem-terra. Mas a experiência decisiva foi a disciplina geografia agrária ministrada pelo professor Ariovaldo. Ele me propôs que eu pesquisasse um assentamento no município de Sumaré, na região de Campinas. Em 1986, eu fui até o assentamento de Sumaré e recolhi um conjunto de documentos, fiz algumas entrevistas e apresentei o material para

o Ariovaldo. Meu objetivo era tanto realizar o trabalho para a disciplina, quanto realizar um trabalho para as famílias que estava pesquisando. O professor Ariovaldo me orientou nessa pesquisa e acabamos por editar um livreto, que intitulamos *Terra não se ganha, terra se conquista*. Esse livreto foi publicado em co-edição com a Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção São Paulo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Esse livreto foi utilizado pelo trabalhadores sem-terra para divulgar a luta e para organizar outras famílias. Foi uma experiência interessante, pois esse trabalho serviu para a formação de um novo grupo de famílias que ocupou uma área no município de Porto Feliz, na região de Sorocaba. Depois publicamos outro livreto, que foi utilizado para a formação de um outro grupo de famílias que ocupou uma fazenda no município de Promissão, na região de Bauru. Bem, dessas experiências eu construí o meu projeto de mestrado, em que eu estudaria esses assentamentos. Todavia, pelo meu envolvimento com o movimento, acabei por estudar todo o Estado de São Paulo. Desse projeto, derivou o meu projeto de doutorado, em que eu estudaria o Centro-Sul do Brasil, mas também pelo meu envolvimento e compromisso com o MST, acabei por estudar o Movimento em todo o Brasil.

Geo UERJ - Você e o MST construíram uma profícua parceria. Como tem sido esta convivência.

FERNANDES - Muito boa para ambos os lados. Eu comecei a trabalhar com a questão dos sem-terra em 1984, quando ainda estava na Pastoral da Juventude. Era um trabalho de apoio, a partir das comunidades urbanas. Meu envolvimento mais científico e político começou em 1986. Eu participava das reuniões, desde as de base até as reuniões das coordenações. Pelo fato de eu dar um retorno às famílias por meio dos resultados de minhas pesquisas, como foram os casos dos livretos, depois eu produzi alguns vídeos, fazia muita fotografia que eram utilizadas

no Jornal do MST etc, eu era visto como um militante, aliás eles me chamam de professor militante. Essas experiências me proporcionaram as condições para eu escrever o livro *Reforma Agrária*, que foi publicado pela Editora Ática. Com livre trânsito por dentro da forma de organização do MST, eu fui assumindo compromissos, trabalhando com a formação de professores, dando aulas nas escolas do MST. Tudo isso fez com que eu fosse cada vez mais solicitado e ao mesmo tempo tivesse todas as condições para fazer a minha pesquisa. Desde 1990, eu faço parte do Setor de Educação do MST. Esse é o setor no qual eu mais tenho atuado. Tenho vários projetos em andamento e estou participando de várias atividades. Estou escrevendo um livro paradigmático de Geografia, denominado *Na Terra de Natalino*. Estou escrevendo um pequeno livro biográfico sobre Josué de Castro, uma vez que o Movimento o homenageou, batizando a escola de ensino supletivo que o MST mantém em Veranópolis - RS, com o seu nome. E o trabalho ao qual mais tenho me dedicado é o livro sobre a formação e a territorialização do MST no Brasil. Para escrever esse livro, eu viajei quase todo o País. Entrevistei 156 pessoas, desde militantes do MST, bispos, prefeitos, padres, deputados, vereadores, sindicalistas etc., ou seja todas as pessoas que ajudaram a construir o Movimento. Pesquisei nas bibliotecas das principais universidades brasileiras, nas secretarias do MST e nas secretarias da Comissão Pastoral da Terra. Recolhi um grande número de documentos, dissertações, teses, monografias etc. Todo esse material servirá para eu escrever o livro, fazer a minha tese de doutorado e criar um centro de documentação do MST, que ficará à disposição dos pesquisadores interessados. Nesse tempo, também produzi, com meus orientandos, o mapa dos assentamentos de reforma agrária do Brasil, publicado pela AGB; um livreto de história em quadrinhos, denominado *Nossa Turma*, publicado pelo MST, que é resultado de uma pesquisa, onde a luta pela terra é retratada pela visão da

criança sem-terra. Enfim, são alguns dos trabalhos que venho realizando. Agora estamos organizando um grupo de pesquisadores ligados ao MST. Também estou tentando viabilizar um convênio entre a UNESP e o MST, para organizar um banco de dados da luta pela reforma agrária, para obtermos informações a respeito das ocupações, dos conflitos, da implantação de assentamentos, da produção agropecuária, etc. O nome deste banco de dados é DATALUTA. Ele funcionará no NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, que está vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP, em Presidente Prudente. Já temos todas as secretarias do Movimento conectadas em rede. Temos profissionais nos estados, engenheiros agrônomos, professores etc., que poderão fazer a pesquisa primária. No NERA, nós iremos sistematizar esses dados em tabelas e gráficos e redigir textos explicativos. Nossa intenção é disponibilizar esses dados nas páginas do MST e da UNESP e publicá-los uma vez por ano. O Movimento têm uma demanda muito grande, uma necessidade de pesquisa enorme. Por isso, tem um grande espaço para os pesquisadores interessados em estudar a questão agrária e o MST. Todavia, para se aproximar do MST é necessário participar. Essa convivência tem que ser construída. É um processo lento, mas que, se consolidado, possibilita construir um amplo projeto para estudar os problemas inerentes à luta do Movimento. No Rio de Janeiro há um geógrafo que vem construindo esse espaço junto ao MST. É o Paulo Roberto Alentejano, grande companheiro da AGB, por quem tenho grande estima.

Geo UERJ - Num momento de desregulamentação crescente da economia, como você vê o futuro da agricultura e, particularmente, o futuro da agricultura camponesa?

FERNANDES - A agricultura brasileira está passando por uma crise profunda. Desde o Pla-

no Real que os agricultores estão sendo ainda mais descapitalizados. A abertura do mercado aumentou as importações, fazendo com que os produtores brasileiros concorressem com produtos subsidiados e/ou com uma produção derivada de um processo tecnológico superior ao nosso. É o caso do leite. Além de concorrer com um produto que entra no País por um preço bem mais competitivo, ainda enfrenta a ação das transnacionais que estão se territorializando e controlando o mercado, é o caso da Parmalat. Isso demonstra a tendência cada vez maior do controle de mercado nacional pelo capital internacional e da intensificação do desenvolvimento tecnológico na agropecuária. Também a agroindústria canvieira está enfrentando a sua pior crise. O desemprego também é um dos grandes problemas da agropecuária. A mecanização e a informatização do processo produtivo desemprega milhares de trabalhadores em todo o Brasil. Essa situação é insustentável. O Brasil necessita de um novo modelo de desenvolvimento econômico da agricultura. O modelo vigente, que foi implantado pelos militares, está agonizando. Esse é um dos fatores que contribuíram para o crescimento da luta pela reforma agrária. Em um país onde a concentração fundiária continua se intensificando, como foi demonstrado pelo censo agropecuário de 1995/1996, onde a modernização da agropecuária continua gerando a miséria dos trabalhadores, é urgente a implantação de um projeto de reforma agrária e a elaboração de um modelo de desenvolvimento econômico que contemple a agricultura camponesa. Evidente que a agricultura tem futuro, essa é uma questão política. Eu não tenho dúvidas que a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura camponesa é uma saída política e econômica para diminuir o desemprego e para a melhoria da qualidade de vida dessa população. Eu também defendo a tese de que o assalariamento jamais irá dominar as relações sociais e que a agricultura camponesa é viável. Todavia, a questão é pelo controle político do espaço e do território. Por

isso, essa luta ainda tem muito para crescer. É uma das explicações que podemos dar para compreender a razão do crescimento do MST. E os políticos no poder sabem disso. É exatamente essa situação que faz com que o governo FHC pratique a sua política de assentamentos. Eles precisam atender o MST, ao mesmo tempo que procuram desqualificá-lo por meio da criminalização das ocupações. São as ocupações que alimentam a política agrária do governo federal. Se os sem-terra não ocuparem, não tem nem política de assentamentos. Mesmo com toda essa resistência, enquanto o governo diz ter assentado 300 mil famílias, aproximadamente quatrocentas mil deixaram a terra. É um processo de enxuga gelo. Mas, pelo menos, dois candidatos ao Palácio da Alvorada, no caso FHC e Lula, vão prometer assentar um milhão de famílias nos próximos quatro anos. Essa é uma perspectiva de aceleração do processo de assentamentos das famílias. Isso significa a territorialização da agricultura camponesa. Mesmo o Banco Mundial e a FAO defendem o aumento da participação da agricultura familiar no Brasil. Todos são a favor desse modo de organização do trabalho, e aí há uma questão política importante que é a concepção de agricultura familiar do MST e a da FAO. São muito diferentes. Mas a questão é que, sem o fortalecimento político dos trabalhadores, de pouco adianta essas instituições se posicionarem.

Geo UERJ - A luta pela terra e a luta pela reforma agrária são, em sua visão, bandeiras distintas. Como se dá essa diferenciação no Brasil de hoje?

FERNANDES - Eu penso que não é na minha visão. Elas são de fato lutas distintas. Veja: a luta pela terra acontece independentemente de existir a reforma agrária ou mesmo uma luta pela reforma agrária. Quem faz a luta pela terra são os trabalhadores. A luta pela terra sempre existiu no Brasil, desde Palmares até Eldorado dos

Carajás. Desde o Rio Grande do Sul até Roraima. A luta pela reforma agrária é uma luta de toda a sociedade, se esta estiver interessada em resolver a questão agrária brasileira. Na luta pela reforma agrária, participamos nós, intelectuais, participam os religiosos, os políticos, todos. Por essa razão é que o MST criou a palavra de ordem: reforma agrária uma luta de todos. Segundo as pesquisas de opinião pública, 85% da população concordam que o governo tem que fazer a reforma agrária. Mas, mesmo que o governo não faça, os trabalhadores sem-terra continuam lutando pela terra. Ocupam, lutam, morrem, migram, mas entram na terra. Dela são expulsos, mas voltam. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra, pois é esta que promove a reforma agrária. Em 1978/79 quando começaram as ocupações, não existia uma luta pela reforma agrária. Era a luta pela terra que construiu as condições políticas para que existisse a luta pela reforma agrária. Portanto, a luta pela reforma agrária é a luta por um projeto nacional, para que possamos ter um planejamento, que envolva diversos setores da sociedade, diversas instituições e que esse projeto se realize em quatro, cinco anos. Isso não significa que a luta pela terra vai acabar, porque o processo desigual do desenvolvimento do capitalismo irá gerar outros sem-terra.

Geo UERJ - Você fala em “saturação da questão agrária” e “judicialização da luta pela reforma agrária”. Como acontecem estes dois processos?

FERNANDES - Saturação da questão agrária é uma expressão que cunhei para tentar compreender a atual conjuntura política da questão agrária. Com a diminuição do preço da terra, esta deixou de ser tão interessante para a especulação. Ultimamente, muitos latifundiários propõem aos movimentos sociais que ocupem as suas terras, como forma de pressionar o Incra à desapropriá-lo. Ora, a ocupação é uma forma de pressão dos trabalhadores que está sendo coop-

tada pelos latifundiários para ele poder vender sua terra para o Incra. Dessa forma, ele transfere seu capital para outro setor da economia. Mesmo recebendo TDAs, eles ganham, porque vendem esses papéis para os que participam dos processos de privatização. O governo criou o Banco da Terra, que começou com a malfadada “reforma agrária amigo do mercado”, que depois virou “reforma agrária solidária”, mas que é na verdade um processo de mercantilização da reforma agrária. Ora, todas essas ações políticas são indicadores da saturação da reforma agrária. Ela poderia ter sido feita, já está passando do tempo, está apodrecendo de madura. E essas ações procuram neutralizar as formas de organização dos trabalhadores. É o poder do atraso, como diz José de Souza Martins. Nesta conjuntura, quem vai pagar pela realização de uma política de assentamentos é a sociedade, especificamente os sem-terra, fazendo com que os latifundiários ganhem mais com a venda das terras.

Judicialização da luta pela reforma agrária é outra expressão que cunhei para explicar o processo de criminalização, desenvolvido pelo Poder Judiciário, contra os sem-terra. Veja a seguinte situação: 2.500 famílias ocupam uma fazenda. Essa propriedade é grilada. O fato está provado há 50 anos. Pois bem, o grileiro entra com pedido de reintegração de posse e o juiz atende e acusa os coordenadores do MST de formação de bando e quadrilha. Ora, afirmar que 2.500 famílias pobres e miseráveis formam uma quadrilha é um fenômeno que só acontece nas cabeças dos juízes que possuem estreitos vínculos políticos com os latifundiários – grileiros. E felizmente não todos os juízes, mas é a maioria. Desse modo, depois de romper com a cerca da militarização da luta pela reforma agrária, os sem-terra enfrentam agora esta nova cerca. Veja o caso do João Pedro Stedile, acusado pelo ministro da Justiça de fomentar os saques no Nordeste. Ele não foi condenado, porque um juiz foi coerente com a lógica, afirmando que uma pessoa não seria capaz de incentivar tantas ações. A judicialização é

um processo político e somente com a reforma do Judiciário é que esse problema poderá ser resolvido.

Geo UERJ - O seu livro *MST: formação e territorialização* inscreve-se na melhor tradição da Geografia Participante, junto com Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade, Arioaldo Umbelino de Oliveira, para só falar de alguns geógrafos envolvidos com a problemática agrária do Brasil. Como surgiu o livro e como tem sido a repercussão dentro e fora da Geografia?

FERNANDES - De fato, considero esses professores como meus mestres. Sempre admirei os seus trabalhos. A publicação do livro foi uma luta. Eu terminei o mestrado em março de 1994 e procurei imediatamente publicá-lo. Enviei para várias editoras, todas negaram. No 5º Congresso da AGB, que aconteceu Curitiba, eu participei de uma mesa-redonda com o José Vicente Tavares dos Santos. Ele se interessou pelo meu trabalho e pediu que eu enviasse uma cópia de minha dissertação. Um mês depois ele me ligou sugerindo a publicação pela Editora Hucitec, da qual ele é editor de uma coleção em Ciências Sociais. Entreguei a dissertação para a Hucitec, mas antes eu a atualizei. Na dissertação eu estudei os processos de formação e territorialização do MST no Estado de São Paulo até 1993. Para o livro eu atualizei os estudos desses processos até 1996. Quando fui assinar o contrato com a Editora, propuseram-me que, por se tratar de uma obra geográfica, que publicássemos pela coleção Teoria e Realidade. O livro teve boa repercussão tanto na Geografia como nas outras Ciências Humanas e também no interior do MST. Ele tem sido uma referência para os pesquisadores que estudam o MST. Tenho recebido diversos convites para participar de debates a respeito da questão agrária. Recentemente, fui convidado pela Universidade Central da Venezuela para participar de um colóquio a respeito dos movimentos sociais latino americanos e a luta

contra o neoliberalismo. Eu era o único geógrafo, os colegas dos outros países eram predominantemente sociólogos e economistas. Eles se interessaram muito por essa forma de abordagem dos movimentos sociais, analisando os processos de construção de seus espaços políticos e conquista de fração do território.

Geo UERJ - Em seu doutorado você retoma a temática agrária? Em que prisma?

FERNANDES - No meu doutorado eu procurei compreender os processos de formação e territorialização do MST no Brasil. Estou analisando as diferenças inerentes a esses processos. Em cada estado e região o MST desenvolveu suas singularidades. Estou fazendo um ensaio teórico para contribuir com a Geografia no estudo da questão da reforma agrária. O MST hoje é muito mais que um movimento social. Ele já é uma organização social ou uma empresa social. O MST construiu uma estrutura organizacional fabulosa. Construíram cooperativas, estão trabalhando com a formação técnica, com a escolarização, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população sem-terra. Estou procurando analisar todo esse processo.

Geo UERJ - Como se harmonizam o militante e o intelectual-geógrafo? Como a Geografia ajuda a sua militância?

FERNANDES - É um processo simbiótico. Para mim é impossível separar. Quanto mais eu milito, mais me defronto com as questões de meu objeto de pesquisa. E quanto mais eu pesquiso, mais me aparecem as condições necessárias para eu atuar. Veja que com a minha pesquisa de doutorado, fui convidado pelo MST para escrever um livro sobre a sua história. Sem modéstia, eu creio que reúno hoje o arquivo mais completo a respeito do MST. São mais de milhares de páginas de entrevistas, dezenas de teses e dissertações, além de livros e documentos próprios do

MST. Como eu disse, vamos organizar o Centro de Documentação do MST. Todo esse trabalho me aproximou muito do Movimento. Muitas vezes eu sou convidado para representar o MST. Noutras vezes, em alguns eventos me identificam como Bernardo UNESP/MST. Isso tudo, me coloca numa situação de muita responsabilidade e também cria as melhores condições para eu pesquisar.

Ser geógrafo, nessa situação, é procurar interpretar essa realidade por meio dos processos de construção dos diferentes espaços que são construídos pelo Movimento. Eu analiso esses processos tendo como referência os ensinamentos que recebi e recebo na minha formação. Portanto, os acampamentos e os assentamentos são espaços e territórios que procuro interpretar e teorizar para oferecer à Geografia novos referenciais, como que retribuindo àquilo que me foi ensinado.

Geo UERJ - Que sugestão você daria para um jovem geógrafo que quisesse trabalhar com a questão agrária.

FERNANDES - Como eu disse há uma demanda enorme da pesquisa geográfica a respeito da questão agrária. Estamos passando por um processo de transformação muito dinâmico. Precisamos estudá-lo. Mesmo com relação ao MST, agora em meu doutorado, eu estou fazendo uma análise mais teórica. Os processos de formação e territorialização do MST em cada estado brasileiro são extremamente dinâmicos e diversos. Precisamos pesquisar mais profundamente cada um desses estados. Portanto, eu sugeriria aos jovens geógrafos que procurassem estudar esses processos nos estados brasileiros. Mesmo em São Paulo, onde eu estudei profundamente, meu trabalho já está defasado. Estou tentando encontrar tempo para continuar esse estudo e publicar a segunda edição de meu livro. Mas não sei se conseguirei. Precisamos de mais pesquisadores. E estudando esses processos com certeza, iremos contribuir para com a compreensão da questão agrária brasileira.

